

**MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS NO ESTADO DA
PARAÍBA: Gênero e autonomia¹**

Emmy Lyra Duarte

Mestra e Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT/Seção Paraíba/UFPB.
emmy.lyra@gmail.com

María Franco García

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Graduada em Geografia pela Universidad de Santiago de Compostela – USC/Espanha. Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba – DGEOC/UFPB. Coordenadora do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT/Seção Paraíba/UFPB e Membro do Grupo de Trabajo sobre Desarrollo Rural de la CLACSO.
mmartillo@gmail.com

RESUMO

Compreendemos que as relações de gênero são produtos e processos sociais construídos pela naturalização de ideias, valores e papéis sociais desiguais para homens e para mulheres. Essa desigualdade, quase que universal, se sustenta na hierarquia social masculina. Surgem, da falta de equidade, concepções ou convenções sociais pré-definidas para as mulheres *ahistóricas*, como as tarefas delimitadas ao espaço privado. Levando em consideração essa inverdade histórica buscamos refletir as condições objetivas que, no espaço agrário da microrregião do Brejo paraibano, levaram a partir da década de 1970 a um grupo de mulheres se organizarem em espaços coletivos de discussão e luta, como os movimentos sociais rurais, com o triplo objetivo de: garantir o acesso à terra para aqueles que nela trabalham; garantir condições de trabalho dignas no campo e garantir o acesso à representação política das mulheres camponesas e canavieiras invisibilizadas em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e movimentos sociais. Dessas demandas efetivas surgem dos movimentos significativos na região: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB).

Palavras-chave: Mulher; Movimentos Sociais; Trabalho; Espaço Agrário.

**MOVEMENTS OF WORKING WOMEN IN PARAÍBA STATE:
Gender and autonomy**

ABSTRACT

We understand that gender relations are social products and processes built for the naturalization of ideas, values and unequal social roles for men and women. This inequality, almost universal, is based on male social hierarchy. Arise, this inequity, concepts or pre-defined social conventions for ahistorical women, as are the tasks defined private space. Considering this historical untruth seek to reflect the objective

¹ Este artigo forma parte da dissertação de mestrado intitulada: “**Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB):** Mobilização Social, Trabalho e Relações de Gênero”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, no ano de 2014, em João Pessoa/PB.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

conditions that in the agrarian space of the micro-region of Paraíba Heath led from the 1970s to a group of women to organize themselves into collective spaces of discussion and struggle, as the rural social movements, with the triple objective: ensuring access to land for those who work in it; ensure decent working conditions in the field and; guarantee access to political representation of farmers and sugarcane women made invisible in the Rural Workers Trade Unions (STRs) and social movements. These effective demands arise from significant movements in the region: the Movement of Rural Women Workers of Heath (MMB) and the Movement of Working Women of Paraíba (MMT/PB).

Keywords: Woman; Social Movements; Work; Agrarian Space.

**MOVIMIENTOS DE MUJERES TRABAJADORAS EM ESTADO
PARAÍBA: Género y la autonomía**

RESUMEN

Entendemos que las relaciones de género son productos sociales y procesos integrados para la naturalización de las ideas, los valores y roles sociales desiguales entre hombres y mujeres. Esta desigualdad, casi universal, se basa en la jerarquía social masculina. Levántate, esta inequidad, conceptos o las convenciones sociales predefinidos para las mujeres ahistóricas, como son las tareas definidas espacio privado. Teniendo en cuenta esta falsedad histórica intentan reflejar las condiciones objetivas que en el espacio agrario de la microrregión de Paraíba Heath LED de la década de 1970 a un grupo de mujeres a organizarse en espacios colectivos de discusión y de lucha, ya que los movimientos sociales rurales, con el triple objetivo: garantizar el acceso a la tierra para los que trabajan en ella; garantizar condiciones dignas de trabajo en el campo y; garantizar el acceso a la representación política de los agricultores y las mujeres de caña de azúcar hizo invisible en las Uniones de Trabajadores Rurales Comercio (ROS) y los movimientos sociales. Estas demandas efectivas surgen de movimientos significativos en la región: el Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales de Heath (MMB) y el Movimiento de la Mujer Trabajadora de Paraíba (MMT/PB).

Palabras clave: Mujer; Los Movimientos Sociales; Trabajo; Espacio Agraria.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desigual do capitalismo no campo tem causado no decorrer da história agrária do Brasil conflitos sociais de dimensões territoriais. Analisando essa conflitualidade, a geografia agrária tem avançado significativamente ampliando suas categorias. Assim, o gênero tem sido entendido como um princípio norteador da nossa sociabilidade, incorporando-se ao debate agrário para tirar da invisibilidade um sujeito ausente em grande parte da pesquisa geográfica crítica: as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Tentando contribuir com a construção de uma geografia onde as mulheres se façam presentes e protagonistas dos processos espaciais que participam, apresentamos uma reflexão sobre a mobilização social e as formas de organização política que surgem na

Paraíba a partir da década de 1980. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo Paraibano (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) surgem nessa década em uma das microrregiões do Agreste paraibano, o Brejo. Historicamente nessa microrregião o latifúndio monocultor de cana-de-açúcar monopolizou o território, organizando as relações de trabalho, de produção e da vida. A exploração dos trabalhadores nos canaviais e a expropriação dos camponeses da terra fizeram com que a classe trabalhadora se organizasse e criasse espaços políticos de representação, como os Sindicatos Rurais (STRs), as Pastorais Rurais (PRs) e os Movimentos Sociais no campo.

As mulheres trabalhadoras rurais e camponesas se incorporaram à luta e participaram desses espaços de representação política, porém, as assimetrias de gênero dentro dos mesmos conduziram à grande parte dessas mulheres a se mobilizarem em outras formas de organização, a partir das pautas específicas de gênero, concretamente como mulheres na luta por terra e trabalho no Brejo Paraibano. Surgem assim dois movimentos de mulheres trabalhadoras e camponesas autônomos da região.

ESPAÇO AGRÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA MICRORREGIÃO DO BREJO PARAIBANO

Na década de 1970 a expansão da atividade canavieira da região do Brejo foi financiada pelo Governo Federal por meio do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). Esse Programa tinha como objetivo incentivar o setor açucareiro por meio de incentivos fiscais, financiamentos e acesso a crédito. Segundo Moreira e Targino (1997) a cana-de-açúcar, naquele momento, não incrementou apenas sua produção e sua área cultivada, ela transformou o perfil agrícola da região. Entre 1979 e 1983 aconteceu um longo período de estiagem, que repercutiu negativamente sobre a atividade de lavoura, fazendo com que os camponeses substituíssem as culturas alimentares tradicionais pela cana. Outro fator que influenciou na expansão da cana foi à praga do bicudo que avançou sobre os algodoads em alguns municípios da região do Agreste, onde está inserido o Brejo. Muitos produtores rurais transformaram seus campos de algodão em áreas destinadas à lavoura canavieira.

Os principais impactos dessa expansão refletiram na economia estadual. A cana contribuiu para o aumento do valor da produção agrícola, tanto dos tradicionais municípios canavieiros como daqueles em que se processara sua expansão recente; o emprego rural, já

que o PROALCOOL incrementou o emprego sazonal; na base técnica de produção, com o aumento do número de máquinas, tratores e colhedoras mecânicas, como pela intensificação do uso de fertilizantes e defensivos químicos utilizados na atividade canavieira e; na paisagem rural, ao integrar do Litoral ao Agreste e ao Brejo, pois a cana promoveu certa homogeneização da paisagem rural do trecho oriental do Estado.

Todavia, o Brejo Paraibano foi e continua sendo um território de camponeses. A expansão da indústria da cana fez com que muitos dos camponeses expropriados da terra se inserissem no processo maciço de assalariamento rural. Esse processo não aconteceu de forma tranquila, originando no campo inúmeros conflitos de luta e embate de classe até os dias atuais. Ao mesmo tempo, que o número de trabalhadores assalariados aumentava, incrementavam-se também suas formas de mobilização e luta. Assim, inicialmente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Comissões da Igreja Católica, e em um segundo momento entraram em cena os Movimentos Sociais.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: a participação das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais

Na Paraíba, a partir das Pastorais Rurais da Igreja Católica, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), importante suporte das Ligas Camponesas na sua origem, e dos Sindicatos, das Associações e das Confederações, os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram para lutar por terra e trabalho na terra.

No caso das mulheres militantes dessas entidades de classe, foi da própria mobilização que emergiu o processo histórico de privação de direitos e da opressão social em que as mesmas se encontravam reféns do sistema de gênero até hoje predominante, onde a hierarquia masculina é hegemônica. Além, de ter que vivenciar essa desigualdade social em uma sociedade organizada em classes sociais, não apenas desiguais senão, fundamentalmente, antagônicas.

A experiência da privação do acesso a direitos básicos conquistados "naturalmente" pelos homens e da opressão de gênero, ou a subalternidade "natural" da mulher na sociedade, na cultura, nos saberes e nas ideias, colocaram para a mulher trabalhadora rural a necessidade de que por meio dos movimentos específicos romperiam com o *status quo* de tal condição feminina. A necessidade de romper com isso foi constatada no depoimento de

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

uma das trabalhadoras rurais, que em 1985 participou do I Encontro Nacional de Educação Popular e Movimentos de Mulheres, em Piracicaba, São Paulo:

Depois do encontro com as companheiras para falar dessas coisas, senti uma vontade enorme de lutar cada vez mais e essa vontade me faz sentir que sou mais mulher. A gente vê tanto sofrimento quando encontra com as companheiras, que dá vontade de mudar tudo – junto com elas e com todo mundo e mudar logo, logo.
(Caderno do 1º Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres. Piracicaba/SP, 1985).

O debate sobre a participação da mulher nas lutas sociais e a necessidade da sua visualização nelas, liderado pelo movimento feminista, reforçou-se na década de 1980. Para muitas mulheres constituiu-se o primeiro escalão na construção da sua consciência política de gênero. Segundo Souza-Lobo (1991, p. 245), os movimentos feministas dos anos de 1980 surgem como uma “matriz discursiva que não se definem como feministas, nem são analisadas sob essa óptica” e que tais movimentos assumem “o discurso da igualdade” no debate social e cultural, e “informa o questionamento das relações de dominação na família, o direito à saúde ou à posse da terra, ou questionamento da divisão sexual do trabalho”.

A influência do feminismo no movimento de mulheres ocorreu de forma diferenciada no processo de formação dos movimentos de mulheres rurais. Em sua maioria, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais surgem na década de 1980 nesse processo de emancipação política, em um cenário de luta pela terra e por melhores condições de trabalho no campo e junto ao processo de rearticulação da classe trabalhadora na forma de movimentos sociais no campo. Para essas mulheres, o despertar para a luta emancipatória enquanto classe aparece no âmbito da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base e dos Sindicatos Rurais e o rompimento para elas com essas instituições ocorreram justamente com a necessidade de fazerem-se presentes no debate e no processo emancipatório da luta feminista e de classe. Surgem assim, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, mas que para compreendermos o ganho de visibilidade é necessário conhecer a trajetória dessas mulheres em entidades como a Igreja e os Sindicatos Rurais.

Na região do Brejo paraibano é impossível pensar na luta e resistência dos camponeses/ trabalhadores rurais sem focar o papel da mulher trabalhadora rural da região. A mulher trabalhadora rural e camponesa participou do enfrentamento pelo acesso e permanência na terra. A diferença de gênero aparece nesses mesmos espaços de luta, no momento em que começam a questionar sua exploração enquanto classe e a sua condição de expropriadas da terra, todavia em sua condição desigual como mulheres nesse processo.

A assimetria das relações de gênero acompanha a necessidade de começar a questionar os limites dos espaços de luta e dessa necessidade que surgem o MMB e o MMT/PB no Brejo. Analisar o MMB e o MMT/PB é trazer a tona o processo de opressão e a necessidade de fala dessas mulheres para conquista de direitos. Podemos afirmar, por tanto, que o MMB e o MMT/PB surgem da insatisfação com a representação dada pelos STRs e as PRs no Brejo.

A formação do MMB é decorrente da falta de espaço de diálogo e de representação das mulheres dentro do Sindicato Rural de Alagoa Grande. Já o MMT/PB surge da necessidade de criar um espaço político diferente do existente para as mulheres no seio da Igreja Católica e das Pastorais Rurais. Ao mesmo tempo em que movimentos surgem de espaços de representação política diferenciados, essas mulheres encontram-se e partilham juntas de uma só bandeira: a necessidade de se mostrar enquanto classe através da sua condição de mulheres.

Quando ressaltamos que essas mulheres “encontram-se” é no sentido etimológico. Há uma relação entre os dois movimentos, que na fala dessas mulheres e nos levantamentos documentais e bibliográficos, aparece como se os dois fossem um mesmo, sendo que os dois são movimentos diferentes.

A seguir, apresentamos como as mulheres trabalhadoras rurais se organizaram dando lugar a esses movimentos e como a relação do MMB e do MMT/PB entrelaçam-se em todo o processo de luta na região.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO BREJO (MMB) E O SINDICALISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE/PB

Em 1980 viveu-se no Brasil uma fase de renovação do sindicalismo, que constituiu em retomar as lutas e as mobilizações. Nesse momento reapareceram padres atuando no Movimento Sindical e os trabalhadores reprimidos durante a Ditadura voltam às praças públicas com as mesmas bandeiras de luta: Reforma Agrária e Direitos Trabalhistas.

O sindicalismo rural junto a Pastora Social Libertadora assumiu o papel de mediador das demandas democráticas, como afirma Tosi (1988, p. 141):

Este período é caracterizado pela retomada das mobilizações de massa e pelo ressurgimento das lutas pela terra e pelo salário e pelo aparecimento de novos mediadores: a Pastoral Social “Libertadora” da Igreja Católica, e o movimento de renovação sindical.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

Os padres que formavam a “Pastoral Social Libertadora” da Igreja Católica não eram os mesmos que fizeram parte do processo de fundação dos sindicatos rurais do Brejo. Tratavam-se de uma nova geração de padres e agentes das pastorais que passaram pela experiência de renovação da Igreja Católica. Aqueles antigos padres que fizeram parte das fundações dos STRs da região do Brejo mantiveram-se em uma Pastoral Tradicional, afastada do movimento sindical e dessa nova pastoral renovada da Igreja.

Com essa renovação de dirigentes nos sindicatos, muitos tiveram dificuldades em trazer para dentro da sua organização os trabalhadores rurais. Alguns tinham a memória das perseguições da época da repressão de 1964 e os massacres ocorridos com os trabalhadores e lideranças que fizeram parte das Ligas.

Como lembra Tosi (1988, p. 148):

A classe dominante conseguiu transmitir a sua própria interpretação, ligando indissolavelmente a palavra “camponês” com o comunismo, querer “tomar o que é dos outros”, “desordem e bagunça”. As novas lideranças, ao se apresentarem aos trabalhadores, tiveram inclusive que marcar diferença com a época das Ligas e se defender da acusação de repetir aquela experiência e levar assim os trabalhadores de novo para o “couro”.

As mobilizações do movimento sindical rural da região na década de 1980 fizeram com que as articulações entre os movimentos do campo e da cidade começassem a se desenvolver e à medida que isso aconteceu os trabalhadores do Brejo começaram a sair da região.

O movimento sindical atuou como mediação do conflito capital x trabalho no plano da organização dos trabalhadores e como afirma Carvalho (2000, p. 01): “ora na contribuição para os capitalistas, ora fazendo avançar para a compreensibilidade dos trabalhadores do conflito de classes existentes” (p. 01). É através da bandeira de luta erguida novamente pelos trabalhadores que atrelaram-se ao debate as necessidades de comparecer a exclusão das mulheres desse processo de sindicalização, especificamente no rural e até o momento pouco discutido no mundo sindical.

Em pesquisa anterior no âmbito do STR Alagoa Grande², foi possível analisar que para a mulher trabalhadora rural, existiam três características necessárias para o rompimento com a condição de opressão de classe e gênero: a) o primeiro confronto a ser enfrentado por ela é diante de si mesma e a necessidade de compreender sua condição de trabalhadora rural e sua participação efetiva na economia da família; b) depois na sua

² Ler mais sobre isso na nossa pesquisa monográfica: DUARTE, E. L. **Questão Agrária e Movimento Sindical: As mulheres trabalhadoras rurais do município de Alagoa Grande/PB.** 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamentos de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

condição de militante e sua dificuldade de compreensão da importância dela como figura importante no processo de luta pela terra e luta por melhores condições de vida no campo; c) no processo de afirmação no seu papel de esposa e mãe, pois a mesma passa a ser questionada e reprimida (além de questionar-se e reprimir-se) na própria esfera familiar (isso inclui marido, filhos e pais).

Algumas lideranças dentro do movimento sindical afirmam da necessidade da mulher compreender que seu papel de esposa e mãe é independente do seu papel como sujeito político na luta de classes. Como ressalta uma das trabalhadoras entrevistadas:

[...] duas coisas que a gente necessita para a mulher é a vontade própria de sua libertação e o estímulo do movimento, do qual queira ingressar para chegar a esse ponto, conhecendo seus valores e transmitindo para as outras mulheres os meios de como se libertar livremente sem atritos na família. (Coordenadora do Conselho Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG – PB. Alagoa Grande, 2008).

Dentro dessa esfera política surge como referência feminina de representação da luta das mulheres no âmbito do STR Alagoa Grande: Margarida Maria Alves. É através da inserção nas esferas de representação sindical de Margarida Maria Alves que as mulheres passaram a enxergar na luta pela terra a possibilidade e a necessidade de mostrarem-se como figuras importantes na luta sindical e provar que sua condição de trabalhadoras rurais era uma condição de exploração na esfera da economia capitalista no campo.

O período de 1962 a 1985 (período Ditadura) fez-se forte a presença e atuação da sindicalista Margarida Maria Alves. Num segundo período podemos destacar as décadas de 1986 até 2009, que tinham com a legalidade dada pela Constituição de 1988 uma maior abertura dos sindicatos para as mulheres, dando-as o direito de obter benefícios como aposentadoria, bolsa-maternidade, bolsa-família, auxílio-doença, etc.

Ainda hoje a filiação aos STRs é a única forma de comprovar a condição de trabalhadoras rurais. O maior número de mulheres filiadas ao STR Alagoa Grande ocorreu no período em que o Estado, ao ceder as concessões exigidas pelos trabalhadores em seus direitos trabalhistas, passa a exigir sua filiação por completo ao sindicato rural, não só por parte dos homens, mas das mulheres também.

O impulso da filiação das mulheres no STR Alagoa Grande aconteceu durante a presidência de Margarida. Para Novaes (2002, p. 223):

Como presidente de sindicato, Margarida seguia as diretrizes do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), coordenado pela CONTAG, que se reconhecia como apolítico e afastado de todas as religiões. No período pós-64, de fato, o MSTR se torna um pólo constitutivo na definição da questão agrária. Mas na segunda metade da década de 1970, genericamente chamado “trabalho

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

da Igreja progressista” que passa também a contar na definição dessa questão, e Margarida, mesmo não sendo membro de uma comunidade eclesial de base, passa a usufruir das informações e espaços oferecidos pelas Pastorais Rurais da Paraíba.

Margarida, como presidente do STR Alagoa Grande, além de lutar por melhores condições para a classe trabalhadora no campo, também tinha como prioridade garantir o direito o acesso à certos benefícios por parte das mulheres. Em Alagoa Grande, o processo de expropriação dos camponeses e o início da formação de uma classe assalariada, a dos trabalhadores rurais, nas usinas e nos Engenhos da região fizeram que o STRs de Alagoa Grande e Margarida travassem uma luta contra os grandes proprietários da região. A bandeira de luta foi por melhores condições de trabalho no campo e a garantia dos direitos trabalhistas, como a carteira assinada, férias, 13º salário e repouso remunerado. Rocha (1996) resgata as palavras de Margarida, em um discurso no 1º de Maio de 1983, na cidade de Sapé:

[...] eu quero pedir a vocês que, quando voltarem para casa, lembrem-se e rezem por aqueles que tomaram na luta, e rezem também por aqueles que estão enfrentando ameaças dos poderosos. Eu dizia hoje aos trabalhadores que foram ao Sindicato de Alagoa Grande: “Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado de baixo dos pés dele (ROCHA, 1996, p. 4).

Margarida incentivou a sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras da região, para incrementar e fortalecer a luta contra os grandes proprietários do Brejo. Como afirma Ferreira (2006, p. 70):

Ela desenvolveu com outros trabalhadores e trabalhadoras rurais, durante doze anos (1971 – 1983), a organização sindical da região do Brejo, que reuniu cerca de trinta sindicatos, com repercussão na CONTAG. Assim, mereceram destaque as mobilizações com as mulheres rurais e as denúncias de violência, a exemplo de uma ação contra um jovem fazendeiro que agredira uma mulher idosa e parálitica, sua moradora; além da participação na construção do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), tendo por objetivo o desenvolvimento da formação na perspectiva da educação popular.

Ainda sobre a consciência de classe e de sua condição de mulher e trabalhadora, Ferreira (2006, p. 71) ressalta que:

Segundo Margarida Alves, a sua crença católica orientava-a na vida e na política. O marido, Severino Cassemiro Alves, exerceu forte influência sobre sua atuação, por ter sido o primeiro presidente do referido sindicato e também devido ao poder presente na relação conjugal do homem sobre a esposa.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

Com a morte de Margarida, a luta não parou no STR Alagoa Grande. A luta das mulheres fortaleceu-se com a emergência de novas lideranças e de novos movimentos como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB) e ainda do atual Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB).

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB) nasceu três anos depois da morte de Margarida Maria Alves, em 1986 e na cidade de Alagoa Grande. Diante desse movimento autônomo surgiu a necessidade e a preocupação das mulheres de terem uma maior formação sobre seus direitos e sobre sua condição de trabalhadora rural, pois nessa época era visível a dificuldade que essas mulheres tinham em inserir-se nos sindicatos e participarem das assembleias.

O MMB tinha como objetivo promover maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar seus problemas específicos como a relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc. Sobre o trabalho feito com as mulheres dentro e fora dos sindicatos, a ex-coordenadora do MMB ressalta que:

Era importante companheira, naquele tempo as mulheres até quando se filiavam tinham na carteira como profissão doméstica. Nós lutávamos pelos direitos da mulher, pelos direitos do trabalhador, nós não lutávamos unicamente pela mulher porque nós tínhamos um compromisso unificado, aonde tivesse uma luta do trabalhador, nós estávamos ali.

Ou força trabalhadora ou trabalhador, nós estávamos. E então: nós estávamos em ação. (Ex-coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano, Alagoa Grande).

Nota-se que o movimento denominado como de mulheres não tinha como objetivos específicos apenas à luta por melhores condições das mulheres, mas da classe trabalhadora como um todo. Para o MMB a luta por direitos iguais entre homens e mulheres não era apenas a única característica, mas, fazia parte do contexto de luta, de representação de classe, focados desde a época de Margarida.

Atuando ao lado de Margarida Maria Alves podemos destacar outra mulher e militante chamada Maria da Penha do Nascimento e também fundadora do MMB. Penha foi integrante da Comissão Estadual de Mulheres da CUT – PB, além de candidata a vereadora algumas vezes pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre a trajetória de vida, Ferreira (2006, p. 92-93) ressalta que:

A produção de textos escritos por Penha pode ser considerada vasta. Escreveu vários textos sobre as ações de resistência ao latifúndio, em especial após a morte de Margarida. Lançou livros: *Violência Rural e Reforma Agrária*, e *Porque Trabalhar com Mulheres*, em parceria com outros autores e entidades.

A sua preocupação com registros escritos, também, se estendia à construção de acervos e bibliotecas nos sindicatos. Da sua atuação militante estava convencida de que a prática da luta cotidiana era a melhor arma, quando costumava falar:

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

“Só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Em sua frase está contida uma reflexão, a do aprendizado com a essência de *experiência* entrelaçada ao sentimento de quem conhece que primeiro vem à *luta* como anunciante e, portanto, a formadora de *classe*.

Em sua participação no 3º Congresso Nacional dos/as Trabalhadores/as Rurais (CNTR), Maria da Penha garantiu definitivamente a participação das mulheres trabalhadoras rurais no cenário político e sindical, destacando-se como liderança das trabalhadoras rurais de Alagoa Grande. Nesse Congresso as principais pautas de luta das trabalhadoras e camponesas, segundo Ferreira (2006, p. 56-57) foram:

A luta por um salário mínimo melhor que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos [...].

As proposições aprovadas em plenário defendiam alteração na legislação então em vigor, a fim de que fosse concedida, aos trabalhadores rurais, aposentadoria por velhice, aos 55 anos, quando homens, e aos 50 anos, quando mulher. E mais: que a aposentadoria por invalidez, o auxílio-funeral e a pensão por morte fossem concedidas à mulher ou companheira do trabalhador rural.

Inicia-se a luta em defesa do salário maternidade para as mulheres trabalhadoras camponesas. Essas proposições aparecem entre as reivindicações de auxílio-doença, salário-família, auxílio-reclusão. Aparece também a reivindicação de amparo à esposa ou companheira do trabalhador rural e seus filhos menores, desde que trabalhem em regime de economia familiar ou sob forma assalariada.

Após o 3º CNTR, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTTR) passou a desenvolver mobilizações de trabalhadoras e manifestações públicas para garantir a efetivação das conquistas obtidas constitucionalmente. Entre essas conquistas, destacaram-se:

Reconhecimento da participação da mulher no processo produtivo e não mais dependente do marido, aposentadoria por idade diferenciada para homens aos 60 anos e mulheres aos 55, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria e pensões pagas com o valor do salário mínimo vigente no país, FGTS com multa de 40 % nas demissões sem justa causa, contratação individual, sindicalização da mulher trabalhadora rural, estabilidade no emprego ao delegado sindical e sua família que trabalha no mesmo local, seguro-desemprego, salário de igual valor para o mesmo trabalho, igualdade de oportunidades e de salários entre mulheres e homens, licença maternidade de 120 dias com salário integral e serviços leves para as gestantes assalariadas rurais, bloco de notas de comercialização emitido em nome da mulher e do homem, indenização do governo às viúvas e familiares das lideranças sindicais assassinadas durante a ditadura militar e o aumento no pagamento dos programas de emergência nas regiões de seca (FERREIRA, 2006, p. 58).

A inserção das mulheres na luta política foi-se consolidando graças ao trabalho dos movimentos sociais rurais que representavam certa autonomia para as mulheres exercerem sua dimensão política. Elas foram e são mulheres da classe trabalhadora. Como nos lembra Ferreira (2006, p. 61):

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

Foram várias as atividades que contribuíram substancialmente para qualificar e articular as ações políticas das mulheres, na perspectiva de se assumirem enquanto sujeito políticos e, conseqüentemente, enquanto dirigentes das organizações sociais, partidos, parlamentos, dentre outras.

A conscientização política das mulheres foi o primeiro passo dado pelo o MMB para a compreensão da necessidade de emancipação como trabalhadoras na região do Brejo Paraibano. Em Alagoa Grande, o MMB organizava palestras com entidades acadêmicas e representantes políticos como a CUT, FETAG, entre outros. Ocorriam reuniões semanais no STR Alagoa Grande, incentivando a participação das mulheres no meio sindical, tentando inseri-las no ambiente político e as retirando do processo alienatório que as rodeavam no ambiente familiar. Como lembra a ex-coordenadora do MMB:

Em um dos programas que tínhamos na rádio local, denominado Mulheres em Ação³, em que debatia sobre o machismo, eu disse que o mesmo direito que a mulher tinha de lavar um prato o homem também tinha. Você tem duas mãos companheiros, Deus te deu duas mãos, assim como deu as mulheres duas mãos. Se essa mulher pega as duas mãos e usa o cabo da enxada para limpar mato e pega a foice para cortar lenha, bota o pote d'água com as duas mãos na cabeça, então ela tá fazendo serviço de homem. (Ex-coordenadora do MMB, Alagoa Grande).

Era justamente com esse discurso que as representantes do MMB tentavam conscientizar a mulher de que sua condição subordinada ao servir e cuidar do marido e da família como algo não natural socialmente e culturalmente, uma “lei da vida”, mas sim uma condição imposta às mulheres em uma organização social que tinha como centralidade o homem, e como desdobramento perverso o machismo. Uns dos motivos que também dificultavam a inserção das mulheres aos sindicatos era o fato delas não saberem nem ler e nem escrever, principalmente no início do STR Alagoa Grande. No ano de 1991, morreu em um acidente automobilístico Maria da Penha, secretária do STR Alagoa Grande e secretária da CUT-PB. Depois da perda de Penha, o MMB começa a ter dificuldades em fazer-se presente no âmbito do STR Alagoa Grande, pois não há incentivo financeiro e nem de espaços para debate por parte do sindicato. Podemos afirmar isso através da fala da ex-coordenadora do MMB e da atual diretora do MMT:

³ Sobre esse programa denominado “Programa Mulher em Ação”, Azevedo (s.d.) afirma que surge da “intenção de melhorar o nível de consciência das mulheres trabalhadoras, denunciar as injustiças, ajudando as mulheres a esclarecer seus direitos”, sendo estruturado em um programa cujo enfoque e formato priorizam a identidade feminina (p. 02). Ler mais em AZEVEDO, S. R. dos S. **Mulher em Ação**: Um programa radiofônico como prática educacional. In: <<http://bocc.ubi.pt/pag/azevedo-sandra-mulher-em-acao.pdf>>.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

Depois da morte da companheira Penha, que foi em 1992, a gente ficou em dificuldades financeiras, os projetos não eram apoiados, a gente enviava projetos para as entidades, mas voltavam negados. E a posição do sindicato no movimento foi neutra, a gente não teve apoio do sindicato depois da companheira Penha. [...] Hoje o sindicato tem condições porque ele recebe contribuições fixas e uma quantia alta, se comparado com antes. Na época, nos botamos carros de som, nas portas dos bancos, entre outros, comunicando a falta de interesse do sindicato e o por quê desse desinteresse. Só que existem assim opiniões e opiniões, o objetivo do movimento era um e o do sindicato era outra, completamente diferentes. (Ex-coordenadora do MMB, Alagoa Grande).

Essa fase de crise do movimento de mulheres dentro da esfera sindical teve como consequência a incorporação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB), em 1994, ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB). Sobre esse processo, a ex-coordenadora do MMB ressalta que:

Depois da morte da companheira Penha a gente ficou em dificuldade financeira, os projetos não eram apoiados. A gente enviava os projetos para as entidades, mas voltavam negados e a posição do STR Alagoa Grande foi neutra, a gente não teve apoio do sindicato. Na época venho um rapaz da Oxfam⁴ e disse a gente que não ia ter condições das entidades apoiarem dois movimentos muitos próximos como o MMB e o MMT/PB, e que a gente tinha que trazer uma unificação, se juntar e então, havia uma resistência porque cada um queria manter o seu. Só que a gente do MMB não tinha condições e o sindicato de Alagoa Grande também passava por uma situação dramática, os projetos do sindicato também não eram apoiados e as mensalidades que recebiam não davam nem para manter o sindicato. Então, nós não tivemos mais condições de manter o MMB, recebemos o convite de uma companheira para assistir a uma reunião e nos juntamos ao MMT/PB (Ex-coordenadora do MMB, Alagoa Grande).

O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DA PARAÍBA (MMT/PB): ruptura com as Pastorais Rurais e debate na atualidade

No processo de reabertura dos espaços políticos e das articulações dos movimentos sociais no campo, lutando por melhores condições de trabalho e por terra, o Brejo paraibano teve a participação diferenciada da Igreja Católica⁵. Ela serviu como porta de

⁴ A Intermón Oxfam é uma ONG espanhola com ações em 90 países, que tem como objetivo trazer mundialmente ferramentas inovadoras e eficazes para levar as pessoas a superar a pobreza e prosperar. Além de salvar vidas em situações de emergência e ajudar a restaurar os meios de subsistência. Também promovem campanhas para poder influenciar as pessoas em situação de pobreza e as decisões que lhes dizem respeito nos níveis locais e globais. No Brasil, ela faz-se presente à quase 20 anos, procurando somar esforços institucionais e pessoais, compartilhando com seus parceiros e aliados ideias, práticas e crenças, para responder, de alguma maneira, aos desafios exigidos pelo contexto brasileiro, principalmente na última década, quando ocorre uma efervescência de processos emancipatórios impulsionados por movimentos e organizações sociais para a consolidação da democracia do país. Ler mais sobre isso em INTERMON OXFAM. Diálogo e ação política: Presença de Intermón Oxfam no Brasil. Recife, 2010. e no site da Ong: <http://www.oxfamintermon.org/es>.

⁵ Sobre a ação detalhada da Igreja no processo de luta pela terra na Paraíba, ler: MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba.** São Paulo: USP, 2008.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

entrada dos camponeses e das camponesas, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no debate sobre a injustiça social no campo e sobre o processo de expropriação camponesa.

Com base na Teologia da Libertação, a CPT no Brejo paraibano e as Pastorais Rurais dos municípios como Guarabira e o conjunto das cidades que compreendem a Pastoral da Diocese, viveram o que Cardoso (1993, p. 44) afirma como “época da Luz”. Nesse momento de organização dos camponeses pela Igreja Católica, na década de 1980, destacava a participação do Padre Dom Marcelo em Guarabira e a vinda de algumas religiosas que compuseram os grupos de base da Igreja e focados nas comunidades; além dos profissionais liberais, que sentindo-se incorporados pela Igreja, desenvolveram várias práticas sociais, além de alguns padres.

Associado ao debate da renovação sindical da época, no Brejo a participação ativa de trabalhadores junto a Igreja possibilitou ampliar os canais para o debate e a luta política. Como coloca Silva (1995, p. 30):

[...] de um lado, o imobilismo do órgão de representação de classe – o sindicato – que tornava impossível a constituição de um espaço de debate e luta; por outro lado, a própria história da Igreja na região que tem se destacado pelo trabalho exercido ao lado dos trabalhadores desde a época das Ligas Camponesas [...] em que fundou sindicatos, criou órgãos de assessoria (ACR: Ação Católica Rural; MER: Movimento de Evangelização Rural; CPT: Comissão Pastoral da Terra; CDDH: Centro de Defesa dos Direitos Humanos; SEDUP: Serviço de Educação Popular) e reciclou pessoas para exercer atividades juntos aos trabalhadores.

Nessa época, o Movimento de Evangelização Rural (MER) se constituiu em âmbito nacional, organizados pelos leigos, porém submetidos diretamente à Igreja e com participavam de clérigos e na Paraíba atuava de forma independente da arquidiocese. A MER tinha como característica principal uma atuação política e com princípios da “fundação dos sindicatos, a formação de quadros para os movimentos, o estudo do comunismo e do lenismo, aproximando-os de uma organização partidária de esquerda”. Já a Ação Católica Rural (ACR) atuava como parte integrante da arquidiocese paraibana e objetivava sua atuação com uma base mais evangelizadora, mesmo se fazendo presente na “luta pela terra do povo de Deus” e nos conflitos entre latifundiários e camponeses (MITIDIÉRO Jr, 2008).

Este autor afirma que na Paraíba ocorreram três iniciativas com caráter religioso/pastoral e de atuação no campo através da Pastoral Rural, da Animação dos Cristãos do Meio Rural e do Movimento de Evangelização Rural. A transformação da Pastoral Rural em CPT ocorreu no estado, segundo o autor como:

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

[...] deu-se como resultado do agravamento das condições de trabalho dessa pastoral por todo o Nordeste. O fato determinante para esse agravamento, que pude constatar em exatamente todos os depoimentos que colhi, foi a substituição deliberada pelo Vaticano de Dom Hélder Câmara (que estava se aposentando) pelo bispo ultraconservador Dom José Cardoso. Isso significou o fim de todas as iniciativas tomadas por Dom Hélder na formação da Igreja dos pobres e a remoção de todos aqueles clérigos seguidores de suas ideias (MITIDIERO Jr, 2008, p. 308).

No Brejo paraibano, a CPT consegue reunir os trabalhadores para debater as questões problemáticas do campo e organizar-se para o confronto. Segundo Tosi (1989, *apud* CARDOSO, 1993), inicialmente, essa CPT na Paraíba é composta pelos ex-integrantes do MER e da ACR, e junto aos trabalhadores trazem para o sindicalismo da região uma nova roupagem da ação política e de representação de classe. Membros da equipe da CPT começaram a ocupar a direção dos sindicatos e desempenharam tarefas de apoio à renovação sindical.

Analisando a atuação das mulheres trabalhadoras rurais, é importante ressaltar a necessidade de criar um setor de mulheres dentro da CPT na diocese de Guarabira/PB em 1980. O setor tinha como objetivo debater as necessidades das mulheres camponesas e colocarem-se como vozes ativas nas decisões acerca da luta pela terra na região, aglutinando mais mulheres. Reforçando essas demandas das mulheres trabalhadoras rurais dentro da CPT, Silva (1995, p. 40) afirma que:

A trabalhadora sente que não consegue atuar como os homens atuavam, devido a fatores como: o lugar era de homens e o debate só podia ser exercido pelos homens porque detinham o conhecimento da questão; além disso, ela era analfabeta e inexperiente. Esses fatores fazem-na sentir-se tímida e com medo de participar, mas não elimina seu desejo de atuar. Para ela, não interessa estar presente, mas contribuir com o debate.

A formação de um setor de mulheres na CPT, proposta pelas mulheres trabalhadoras rurais, teve como objetivo a necessidade de fazer um trabalho de base que trouxessem as mulheres ausentes para o grupo e que fizessem com que as mesmas sentissem a discriminação sofrida pela mulher trabalhadora rural, como: a dupla jornada do trabalho, em casa e no roçado; na remuneração salarial sempre inferior ao dos homens; e o machismo, dificultando-as de sair espaço reprodutivo, o lar, para a luta.

Uma das questões problematizadas pelo Setor de Mulheres da CPT era a necessidade de sindicalização, como forma de luta pela ampliação dos seus direitos como trabalhadoras. Ocorria em vários STRs do Brejo a rejeição e até negação desse direito a essas mulheres, já que o espaço sindical era entendido como necessariamente um espaço masculino.

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia**

Emmy Lyra Duarte; María Franco García

A luta pela sindicalização dessas mulheres contribuiu para o amadurecimento, crescimento e reconhecimento social do grupo, e por outro lado, essas mulheres percebem essas discriminações sentidas por elas nesses determinados espaços, a necessidade de criar um espaço que possam atuar livremente, fazendo surgir o desejo de debater suas questões em espaço próprio (SILVA, 1995).

Essas mulheres ainda trabalharam por um ano como Setores de Mulheres da CPT, porém a dificuldade de assumir o debate específico sobre o papel da mulher na sociedade e as relações assimétricas de gênero, a dupla jornada de trabalho, salário inferior ao dos homens e o machismo enraizado naturalmente por esses espaços, propunha um risco às relações sociais tradicionais reforçados não só no âmbito do lar, mas como nos espaços de reivindicações. Com isso, Silva (1995, p. 47) afirma que essas mulheres aproximam-se de outros grupos de trabalhadoras, como as professoras e empregadas domésticas do espaço urbano, e ampliando-se as questões trazidas para o debate, que se somam e se colocam no campo da inquietação sobre o lugar da mulher na sociedade. O grupo não é mais um setor, mas um movimento.

Essas mulheres, junto a Associação de Empregadas Domésticas, organizam o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) no ano de 1981. O MMT/PB começa a canalizar através das trocas de experiências entre essas mulheres o debate que não é apenas a questão sobre a luta pela terra o foco, mas a relação dessas mulheres com a terra e com o trabalho. Como afirma Silva (1995, p. 51-52):

[...] a ruptura com a pastoral dá-se no campo simbólico, organizativo e temático. No campo simbólico, temos o início do processo de (re) elaboração da concepção do estilo de vida pelas mulheres, fornecida pela descoberta de sua condição de existência e de uma proposta de mudança dessas condições, somada à descoberta de direitos, na forma de ampliação da dimensão existente. A relação de poder entre homens e mulheres é repensada e seu lugar no espaço social é questionado. Ultrapassa-se a fronteira demarcada pela instituição religiosa. No campo organizativo, temos uma (re) estruturação do grupo fundamentada num modelo de organização coletiva que toma como centro do debate a problemática da trabalhadora. Supera-se a visão anterior.

O MMT/PB passou a ter como sede a cidade de Píripituba e organizou-se nos municípios localizados na microrregião do Brejo Paraibano. O MMT/PB organizou-se por meio de um ou dois representantes por municípios, sendo uma delas sua diretora municipal responsável pela representação do movimento.

As atividades desenvolvidas prioritariamente eram reuniões de base, cursos de formação e de capacitação, e oficinas de artes. Esses espaços de diálogo aconteciam em torno de questões e demandas específicas das mulheres trabalhadoras rurais, como:

feminismo, sexualidade, socialismo, questões trabalhistas, sindicalização, etc. Em parceria com a Secretaria da Mulher da CUT e do Serviço de Educação Popular (SEDUP/Guarabira⁶) realizou atividades em espaços públicos junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB), como: o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras em 1986; as comemorações do 08 de março – Dia da Mulher; o aniversário de morte de Margarida Maria Alves; e o Festival de Violeiras; entre outras atividades.

Essas atividades promovidas pelo MMT/PB proporcionavam e tinham como principal objetivo fazer com que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais passassem a se enxergar e a conseguir fazer autocrítica. Há um momento anterior à entrada no movimento em que as assimetrias de gênero são incorporadas individualmente como naturais. Após o contato dessas mulheres trabalhadoras com outras mulheres e na troca de experiências e questionamentos passam a elaborar uma leitura crítica, questionando sua condição na sociedade vigente, revisitando ao seu interior, cujo auge é a negação da naturalização dos papéis e a transformação desta naturalização em problemática (SILVA, 1995).

Sobre isso, Toledo (2008, p. 119) vai afirma que “as mulheres trabalhadoras fazem da sua luta de gênero, que é necessária, mas limitada em seu alcance, um luta de classes, a única que pode abrir caminho, de fato, para a emancipação de todas as mulheres”. As reivindicações mostram que essas mulheres tinham o entendimento que a luta contra a opressão da mulher trava também um enfrentamento contra a exploração do capital perante a classe trabalhadora.

Essa proposta até os dias atuais ainda é objetivada na atuação do MMT/PB frente a essas mulheres do Brejo paraibano. Um dos principais debates do século XXI ocorre acerca da questão da violência contra a mulher, tornando-se assim, uma das principais pautas de combates do movimento na região. Esse debate sobre a violência sempre compareceu nos movimentos de mulheres rurais, como o MMT/PB, em que colocava como pauta nas discussões de base à violência sofrida dentro e fora do lar. Por isso, com esse fervor do século XXI em torno da conscientização e necessidade de libertação dessas formas de violência por parte das mulheres, que a coordenação do MMT/PB utiliza dos

⁶ O Serviço de Educação Popular (SEDUP) surge em 1981 com o objetivo de atender as demandas solicitadas pelos grupos de base, pastorais, CEBs. Inicialmente, o SEDUP desenvolve-se em duas instituições em uma só: o SEDUP Social, responsabilizando-se em atender às demandas solicitadas de questões sociais, reuniões de base, palestras, preparação de materiais, informativos e formativos, reforçando o trabalho social na região; o SEDUP Pastoral, tinha como objetivo a tarefa de auxiliar as atividades situadas no âmbito pastoral, como: nas reuniões bíblicas, preparação para os sacramentos e produzir materiais com esse aspecto. Porém, o SEDUP Pastoral logo se dissolveu e passou a ser reconhecido como uma entidade de serviço de educação, voltando-se para a inserção do meio social (Cardoso, 1993, p. 101). Mais a frente, veremos que o SEDUP vem como parceira nas atividades junto à coordenação do MMT/PB até os dias atuais.

espaços para aglutinar as mulheres trabalhadoras rurais do Brejo Paraibano em seminários, rodas de diálogo e manifestações sempre em parceria com o SEDUP e outros movimentos sociais e entidades do campo e da cidade.

É possível identificar que o MMT/PB trás consigo a importância do papel da mobilização política e que a compreensão de que ela é mulher e precisa se afirmar enquanto tal, antes mesmo da sua condição de classe, reforça os mesmo ideais que fizeram surgir à necessidade de mobilização na década de 1980. Até porque as “opressões” contra as que lutam e a violência que delas emanam, não foram superadas.

A relação histórica do MMT/PB e dessas mulheres trabalhadoras rurais e lideranças desde a década de 1980 frente à luta do reconhecimento da mulher enquanto sujeito social e político, ainda é uma forma representativa para as mulheres rurais do Brejo paraibano e é nessa representatividade que as mulheres trabalhadoras rurais e lideranças do MMT/PB repensam e desenvolvem através das atividades propostas o fôlego para rearticular a base e continuar à luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Carvalho (2003), a Geografia é uma ciência que tem como objetivo interpretar os fenômenos sócio-espaciais, decifrando qual o papel dos diferentes sujeitos na busca pela territorialização de sua luta para uma sociedade além do capital. Essa territorialização se dá pelo trabalho e esse trabalho é dividido socialmente em classes, que por sua vez representam indivíduos generificados, racializados, de distintas idades, sexualidades, nacionalidades.

A territorialização do capital, que implica na exploração de uma classe sobre a outra e no controle de uma determinada fração do espaço, deve ser analisada também a partir dos rebatimentos e implicações de uma das suas protagonistas: a mulher trabalhadora rural.

Tivemos como objetivo discutir e conhecer o processo histórico da mobilização política na microrregião do Brejo paraibano, todavia com as mulheres trabalhadoras no centro dele. Os espaços de luta pela terra da classe trabalhadora do Brejo paraibano, as organizações de representação de classe como os STRs e as PRs não responderam as necessidades das mulheres trabalhadoras rurais em relação à sua condição feminina.

Historicamente o sistema capitalista apropriou-se e reforçou as relações de opressão e exploração impostas as mulheres no espaço privado/doméstico e produtivo através de determinadas características culturais, reforçadas por um moralidade social e religiosa que

**Movimentos de mulheres trabalhadoras no estado da Paraíba:
Gênero e autonomia
Emmy Lyra Duarte; María Franco García**

as aprisionam na sua condição de subalternidade e inferioridade perante o homem. As mulheres trabalhadoras rurais do Brejo paraibano organizaram-se em um movimento social autônomo a partir da identificação dessas relações de poder e da sua hierarquização de papéis. Construir práticas autônomas é um dos caminhos da luta para quebrar essa opressão das mulheres e trabalhadoras.

Pudemos identificar que até os dias atuais as mulheres do MMT/PB tem a necessidade de aplicar no cotidiano das atividades do movimento a conscientização de homens e mulheres dessa realidade de opressão perante as mulheres. Como vimos, um dos principais debates surge na temática da violência contra a mulher e no espaço agrário do Brejo, a violência na esfera do lar é algo reproduzido através de uma moralidade de poder do homem sobre a mulher que a legitima e é no combate a essa moralidade que o MMT/PB tenta conscientizar as mulheres e os homens da necessidade de igualdade em todos os espaços públicos e privados até hoje.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. da C. M. **Uma mão lava a outra**: o trabalhador rural e suas lideranças no Brejo Paraibano. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, 1993.

CARVALHAL, M. D. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, set. 2000. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/v1n1set2000.htm>>. Acesso em: 24 out. 2008.

CARVALHAL, T. B. A inserção da mulher no sindicato: Uma leitura geográfica da questão de gênero. **Perspectiva Geográfica**, Unioeste, n. 1, p. 71-87, 2003.

FRANCO GARCÍA, M. Uma reflexão sobre gênero, trabalho e representação geográfica. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB, 2004 (CD-ROM).

FRANCO GARCÍA, M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferencia no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-2004/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

FERREIRA, A. P. de S. **Margarida, Margaridas**: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: EdUFPB, 2006. 135p.

FRANK, A; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. 1978. Disponível em: <<http://www.moviments.net>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: EdUEPB, 1997. 332p.

NOVAES, R. R. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e Reforma Agrária no Brasil. In: CHEVITARESE, A. L. (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, V. L. de M. **“Movimento de Mulheres ou Mulheres em Movimento”**: o percurso das coordenadoras do movimento de Mulheres do Brejo paraibano. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1995.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1991.

TOSI, G. **Terra e salário para quem trabalha**: Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 1988.

Recebido para publicação em 15/11/2015
Aceito para publicação em 22/01/2016